

Saneamento é desafio para candidatos

Enquanto Lula e Serra aceitam o capital privado, Ciro diz que setor é monopólio natural

Carla Éboli
de São Paulo

A área de saneamento básico é considerada prioridade nas agendas de governo dos principais candidatos à Presidência da República. Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (candidato da Frente Trabalhista), José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram consultados sobre como será a gestão do setor de saneamento caso sejam eleitos. O único que não respondeu às questões foi o candidato Garotinho.

Para Lula a área de saneamento terá "o mesmo nível de compromisso que as áreas de saúde, educação, transporte e segurança pública. Ciro Gomes afirma que investir em saneamento é investir na prevenção de doenças, "o melhor caminho para se ter uma população saudável num país como o nosso, com carência de recursos para investimento". Serra diz que a área terá "prioridade total", primeiro pela capacidade de geração de empregos — citado como objetivo maior de seu governo — e depois, porque "os investimentos na área impactam de forma extremamente positiva os indicadores de saúde pública".

Gazeta Mercantil - O Brasil trata hoje apenas de 15 a 20% dos efluentes de esgoto urbano, um índice definido como "vergonhoso" pelas instituições de saúde e de saneamento básico do País. Uma das causas do atraso do Brasil na área de saneamento básico é a falta de regulamentação. O Congresso Nacional examina um projeto para regular o setor há anos. O senhor considera importante apressar essa regulamentação? Caso seja eleito, o que o senhor fará a respeito?



José Serra

José Serra - Não foi construído ainda um consenso, ou uma maioria, no âmbito do Congresso Nacional, que permitisse definir um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Brasil. No entanto não creio ser esta a causa determinante do baixo índice de tratamento de esgoto coletado. O índice está bem distante da universalização necessária e pretendida para estes tipos de serviços — face à importância para a saúde humana e também para o meio ambiente. Creio que esta situação deve-se muito mais ao esgotamento do modelo de financiamento do setor, que redundou em uma redução expressiva nos níveis de investimentos no setor, e também da debilidade na gestão de boa parte das organizações de saneamento. Esta sim é a questão fundamental que pretendo enfrentar, com medidas concretas que permitirão, num curto espaço de tempo, recuperar os níveis de investimento e induzir as companhias a serem mais profissionais na gestão.

A questão da regulamentação deverá também ser solucionada. As propostas que tramitam atualmente no Legislativo, por iniciativa governamental ou parlamentar, não tiveram ainda, como já dito, posições majoritárias, sobretudo devido à acirrada disputa, jurídica e política, em torno do tema da titularidade daqueles serviços em áreas metropolitanas — de interesse comum. Esta disputa, no aspecto jurídico, decorre da percepção de que, apesar das iniciativas acima referidas, a Constituição não foi expressa suficientemente ao disciplinar o tema da titularidade institucional sobre este serviço público. Foi também pouco específica, ao conferir à União uma necessária ação legislativa nacional neste tema, que não afastasse a regulação pelo respectivo titular do serviço, mas que permitisse a adoção de algumas indispensáveis normas gerais, de âmbito nacional.

A vista deste cenário e da neces-

sidade de avançar neste campo, temos que considerar duas alternativas, não necessariamente excludentes entre si, para fixar um marco regulatório — particularmente em termos de normas gerais — e superar os impasses hoje verificados, para a retomada dos investimentos com vigor neste setor.

O primeiro é a apresentação de Emenda à Constituição, de forma a tratar a questão com decisão política, sob o princípio básico de que é inviável se pretender um modelo institucional único para o País. Devem-se ter regras gerais que possibilitem a cada estado, por meio de Leis Complementares, definir, no amparo da Lei Federal, a organização própria do setor.

Um segundo caminho é viabilizar a regulamentação da Gestão Associada, prevista no artigo 241 da Constituição Federal, levando em conta a realidade da gestão das Companhias Estaduais de Saneamento e a importância do poder concedente dos municípios. A consideração das bacias hidrográficas, da escala de gestão e das instalações e equipamentos já existentes, é igualmente relevante.

Ciro Gomes - Consideramos da maior importância o apressamento da regulamentação do setor de saneamento. Nosso governo se empenhará junto ao Congresso Nacional para aprovar um substitutivo ao PL 4147/01.

Luiz Inácio Lula da Silva - Infelizmente, o Brasil ainda apresenta indicadores vergonhosos no setor de saneamento. Cerca de 17 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável e 60 milhões não dispõem dos serviços de esgoto sanitário adequado. Este déficit encontra-se localizado principalmente nos bolsões de pobreza, nas favelas, nos loteamentos clandestinos e irregulares.

Uma das causas principais desse quadro é a ausência de uma política nacional de saneamento que promova a universalização dos serviços à população brasileira. É também importante ressaltar que as iniciativas de regulamentação do setor público brasileiro têm causado um grande desentendimento entre União, estados e municípios. No nosso Governo, buscaremos promover a parceria entre essas esferas e defenderemos: regulamentação clara, gestão compartilhada nas regiões metropolitanas, preservação das empresas públicas estaduais e municipais e respeito à titularidade municipal.

Gazeta Mercantil - O senhor aprova a participação do capital privado na solução dos problemas do saneamento básico? Como deve ser, do seu ponto de vista, essa participação?

Ciro Gomes - O capital privado já participa em todas as atividades ligadas ao saneamento básico desde a construção de estações de tratamento até a distribuição de água e coleta de esgotos. Nós consideramos positiva a atual participação.

Consideramos também que os serviços de saneamento são um monopólio natural, fundamentais para a saúde da população e por isso não devem ser transformados em monopólio privado, particularmente num país como o nosso,

Mas para resolver o déficit de saneamento do Brasil — atualmente apenas 20% dos efluentes de esgoto urbano são tratados —, o futuro presidente terá que conseguir muitos recursos. O País precisa investir R\$ 44 bilhões até o ano de 2010 se quiser eliminar o déficit no setor, conforme cálculos apresentados pelo próprio governo durante uma audiência pública na Comissão Especial de Saneamento da Câmara, que discute o projeto de lei do Executivo (PL 4147/2001, para regular a área). Isso significa uma taxa de investimento anual equivalente a 0,44% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com técnicos do governo ou seja, mais do que foi investido pelo Brasil nos anos 70, quando o setor apresentou os melhores índices de expansão.

Os principais pontos — e também os mais debatidos — do PL 4147/2001 proposto pelo Executivo, são a fixação da titularidade dos serviços (disputados pelos governos municipais e estaduais, em alguns casos) e o favorecimento, segundo interpretação dos opositores, à privatização das companhias de saneamento.

A seguir, a íntegra das entrevistas com os três candidatos.



Ciro Gomes

com a sociedade civil pouco organizada e as disparidades de renda existentes.

O modelo atual, que compreende empresas públicas municipais, estaduais e algumas privadas deve permanecer durante o próximo quadriênio e, sob a nova legislação, avaliado o desempenho de cada setor.

Luiz Inácio Lula da Silva - Em nosso programa de governo preveemos o desenvolvimento de parcerias com o setor privado nas áreas de projeto, consultoria, apoio, obras, materiais e equipamentos. Os investimentos em saneamento geram emprego e renda, contribuindo para a melhoria do meio ambiente, da promoção da saúde e da qualidade de vida do nosso povo. Posso citar um exemplo de uma parceria bem-sucedida nesse setor: Ribeirão Preto, sob a administração do companheiro Antonio Palocci, é a primeira cidade de grande porte a universalizar o tratamento do esgoto sanitário. Também pretendemos elevar significativamente os investimentos dos três níveis de governo em saneamento ambiental, chegando ao patamar de 0,4 % do PIB. Revertendo a orientação atual, os recursos de fundos públicos como o FGTS e o FAT, operados por bancos públicos, assegurarão financiamentos onerosos (a custos compatíveis com as remunerações que pagam) aos órgãos e operadores públicos que, junto com as respectivas contrapartidas dos tomadores, podem atingir até 0,2% do PIB.

Excedentes tarifários podem assegurar mais 0,1% do PIB. A estes se somam ainda as receitas provenientes da cobrança pelo uso da água em fase de implantação em diversas bacias hidrográficas e os recursos não onerosos alocados de forma programática através do Orçamento Geral da União.

José Serra - Esta é uma questão a ser definida pelo titular do serviço de saneamento, na maioria dos casos, o município. No entanto, mais importante que a natureza jurídica de propriedade do capital, é a capacidade do Estado — titular do serviço de saneamento — de regular e disciplinar a atuação dos detentores das concessões dos serviços de saneamento, sejam eles públicos ou privados. Este poder regulatório deve ser exercido de forma a garantir à população, no menor espaço de tempo possível, a universalização dos serviços de abastecimento de água e principalmente de coleta e tratamento de esgoto. O capital privado pode participar, condicionado a esta regu-

lação. No entanto, não considero adequada a venda pura e simples ao setor privado dos direitos de concessão dos serviços de saneamento. Penso que qualquer transação desta espécie deve ser condicionada a investimentos em água, esgoto e lixo, e não a pagamentos ao poder público.

Gazeta Mercantil - Caso o senhor seja eleito, que importância terá a área de saneamento básico em relação a outros setores sociais, como, por exemplo, saúde, educação, transporte e segurança pública?



Luiz Inácio Lula da Silva

Luiz Inácio Lula da Silva - O nosso governo considerará o saneamento básico como serviço público essencial à promoção e proteção da saúde. Portanto, será parte da agenda de prioridades políticas e investimentos e estará no mesmo nível de compromisso que temos com as áreas de saúde, educação, transportes e segurança pública.

José Serra - Terá prioridade total. Por dois motivos principais: primeiramente, em função da capacidade de geração de empregos, objetivo maior do meu governo; por

Para anular o déficit no setor o País precisa investir R\$ 44 bilhões até o ano de 2010

outro lado, e não menos importante, os investimentos na área de saneamento básico impactam de forma extremamente positiva os indicadores de saúde pública, na medida em que diminuem a disseminação de doenças de veiculação hídrica e de vetores de reservatórios. Como já está bastante claro, no meu programa de governo, criaremos uma equipe social, com o mesmo status que a atual equipe econômica, que tratará a questão de saneamento básico com prioridade absoluta e de forma integrada com os organismos que atuam neste setor e sintonizado com outras áreas de investimento urbano e rural. Serão estabelecidas conjuntamente, no primeiro ano de governo, as metas que vamos buscar em cada região, estado e município. Tenho certeza que ao final de quatro anos vamos mudar de forma significativa os atuais índices de cobertura do abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto, e de coleta e destinação final de resíduos sólidos.

Ciro Gomes - É sabido que cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico economiza R\$ 4,00 de investimentos em saúde. Consideramos que investir em saneamento é investir na prevenção de doenças, o melhor caminho para se ter uma população saudável num país como o nosso, com carência de recursos para investimento.